

EDITORIAL

Tempo de mudança na Revista Videre. Após um ano à frente da Revista, o Prof. Rafael Salatini de Almeida deixou a editoração e, eu passo a assumir a condução do periódico. Neste período, muitas conquistas ocorreram: o fortalecimento do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER; a ampliação do número de avaliadores; a ampliação das linhas editoriais; a presença constante de artigos de convidados; artigos traduzidos de autores consagrados; a implementação de uma pauta dinâmica nas Reuniões Ordinárias no Conselho Editorial Interno da Revista; a valorização das paisagens, da arte e da cultura local através da capa da revista.

O SEER está no caminho de sua consolidação nesta Revista, sendo utilizado por todos os seus usuários: leitores, autores, avaliadores, editores, demais membros do Conselho Editorial Interno, bem como de todos os componentes do Conselho Editorial Nacional e Internacional.

Avaliadores representativos de todas as regiões do país se cadastraram no SEER nas diversas áreas das linhas editoriais. A avaliação de artigos está sempre pautada na exogênia recomendada pelas regras de qualificação de periódicos da CAPES. A quantidade de publicações da Revista Videre tem prezado por um número fixo de 18 (dezoito) artigos científicos inéditos por volume, resultando em uma constante de 9 (nove) por semestre.

As atuais linhas de interesse da Revista, numa perspectiva interdisciplinar, passam a ser: Estado e Espaços Jurídicos; Cidadania, Justiça e Reconhecimento; Sistemas Políticos, Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos; Estudos Internacionais, Multitemáticos e Direito.

Os artigos de autores convidados passam a abrir o número de cada revista, com contribuições relevantes para a pesquisa científica em nível nacional e internacional. Com o intuito de facilitar o acesso a literatura estrangeira, muitas vezes restrita, foi mantida a seção de artigos traduzidos de autores convidados. Este trabalho, conta com a inestimável colaboração do Prof. Carlos Henrique Canesin, que, agora mesmo longe da UFGD, continua sendo nosso dileto colaborador, como editor associado para assuntos internacionais.

Nos bastidores da revista, temos um trabalho diário de organização, que consiste em atividades administrativas diversas para que a mesma tome corpo, forma, e se transforme em um importante meio público de divulgação do saber, das áreas do Direito, Relações Internacionais e todas as suas interfaces, dentro de um processo que envolve a participação dos membros do Conselho Editorial e de vários colaboradores.

A opção por uma capa que dê visibilidade a paisagens e a trabalhos de artes plásticas do Mato Grosso do Sul, aproxima a relação entre Direito, Relações Internacionais e Beleza. Neste número, contamos com a foto de um conceituado antropólogo da região da grande Dourados, Sr. Marcos Homero Ferreira Lima, que registrou um flagrante de rara plasticidade nas águas do Rio Paraguai, na região do Pantanal sul-matogrossense.

Os nossos colaboradores, contribuíram com os seguintes artigos, que constituem este número: “União de Facto nos Países Integrantes da União dos Advogados de Língua Portuguesa”, Artigo Convidado de Ludimila Samira de Oliveira Barai, Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade de Macau e Assistente do Mestrado em estudos lusófonos na Universidade de São José-Macau, que analisa o regime jurídico do casamento não formalizado na República da Guiné-Bissau e a união de facto na República de Cabo Verde e na Região Administrativa Especial de Macau; “Kant e o Paradigma Kantiano”, Artigo Traduzido de Andrew Hurrell, Professor catedrático “Montague Burton” de Relações Internacionais da Universidade de Oxford e Diretor do Centro de Estudos Internacionais – Oxford, em que explora o universo das relações internacionais e dos Direitos Constitucional e Internacional Público.

E, no campo dos Artigos Avaliados e Aprovados, temos: “A política externa nacionalista do Estado Novo (1937-1945)”, de Bruno Mendelski de Souza, Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que analisa a política externa do período político conhecido no Brasil como Estado Novo (1937-1945); “Reflexões sobre a Exceção: implicações do emprego do exército como força policial no Brasil”, de Amanda Pinheiro Mancuso, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos e de Aline Prado Atássio, doutoranda em Ciências Sociais pela UFSCar, que discutem o emprego das Forças Armadas em atividades de segurança pública como um meio de análise da situação excepcional;

“Os Controles de Constitucionalidade e de Convencionalidade em Matéria de Álcool e Droga”, de Konstantin Gerber, mestrando em Filosofia do Direito pela PUC/SP, que aponta o conflito de direitos fundamentais e sua violação, em matéria de álcool e droga, com interpretação sistemática da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; “Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes: o desafio da efetividade dos direitos humanos na triplíce fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina”, de Roseméri Simon Bernardi, mestranda em Direito Socioambiental pela da PUC/PR, identifica os principais pontos que geram a perpetuação e perma-

nência do problema da exploração do trabalho de crianças e adolescentes na tríplice fronteira.

“A Efetividade do Direito Humano e Fundamental à Moradia”, de João Luiz Stefaniak, mestrando em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, que aborda o conceito de moradia digna e o de direito à moradia, a partir do direito internacional incorporadas ao ordenamento constitucional brasileiro; “O Direito Penal na Proteção da(s) Dignidade(s) Humana(s)”, de José Aparecido Rigato, Doutor em Direito Internacional pela USP, que enfoca a proteção penal da dignidade humana em função de três perspectivas: a dignidade individual da vítima, a dignidade individual do infrator e a dignidade humana difusa da comunidade.

E, “Da inexigibilidade da Forma Pública para a Adjudicação Compulsória nos Compromissos de Compra e Venda de Bens Imóveis”, de Cristina Grobério Pazó, Doutora em Direito pela UGF e Isabela Hollunder Apolinario de Souza, Especialista em Direito Privado pela FDV, que abordam o compromisso de compra e venda de bens imóveis, os requisitos para sua validade e, a tutela jurisdicional em caso de inadimplemento contratual.

Boa leitura e bom aprendizado!

Verônica M^a. B. Guimarães
Waltecir Cardoso Pereira